A educação ambiental no currículo de Sergipe: considerações sobre o nível da Educação Infantil

Enviromental education in the Sergipe curriculum: considerations on the level of childhood education

Larissa Andrade Santos Nascimento1
Universidade Federal de Sergipe larissandrade@academico.ufs.br
Mônica Andrade Modesto2
Universidade Federal de Sergipe monicamodesto@academico.ufs.br

GDP: Pesquisa em EA e Questões Epistemológicas
Palavras-Chave: *Educação pública, Infância.*

Introdução

O currículo está presente em todas as instituições de ensino, desde a escola até a universidade. É por intermédio do currículo que se constrói uma sociedade de sujeitos/as pensantes e críticos/as ou apenas mantenedores/as do *status quo.* Para Althusser (1985), as instituições de ensino podem funcionar como aparelhos ideológicos do Estado quando, por meio do currículo, promovem a reprodução da dominação e de ideologias que se alinham ao interesse do Estado.

Entendemos que o currículo é uma via bilateral, sendo capaz tanto de tornar o ser livre, como também prendê-lo/a à condição de oprimido. Logo, o currículo é um espaço de poder que pode servir a sociedade se utilizado para a libertação, mas, também pode servir ao sistema capitalista, que anseia por dominar. O currículo é uma construção social e se as instituições responsáveis por sua confecção deixassem de lado a ideologia de dominação e dessem lugar para o "verdadeiro conhecimento, o currículo e a sociedade seriam finalmente emancipados e libertados (Silva, 2010, p. 149).

Um caminho para a inserção de tal discussão no currículo se dá por meio da Educação Ambiental Crítica. Para tanto, é necessário pensar que esse Currículo precisa entendê-la como dimensão e não como componente curricular. A Educação Ambiental não é um tema e por isso deve ser abordada de modo transversal e interdisciplinar (Rodrigues; Saheb, 2018). Essa perspectiva de Educação Ambiental

Crítica tem como propósito a transformação. O seu desejo é construir processos educacionais que proporcionem a valorização do movimento de contínua confecção do ser na condução da vida como um todo, de maneira emancipatória.

A Educação Infantil é o primeiro nível da educação básica, a sua finalidade é promover o desenvolvimento pleno da criança e de sua infância. Esse é o nível na qual os/as pequenos/as vão socializar para além do seu amago familiar, aprendendo a conviver em sociedade e a se formar socialmente/culturalmente. Além de, por intermédio do brincar, irão potencializar aspectos sociais, físicos, motores e cognitivos (Campos; Ramos, 2023).

A estrutura do Currículo de Sergipe no tocante ao nível da Educação Infantil se divide entre "Direitos da aprendizagem e desenvolvimento e Campos de experiências" (Sergipe, 2018, p. 20) a faixa etária correspondente a esse nível é de 0 a 1 ano e 6 meses; 1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses; 4 anos e 5 anos e 11 meses. Tendo como foco os "Objetivos de aprendizagem e desenvolvimento" (Sergipe, 2018, p. 20).

Ao que concerne ao nível da Educação Infantil a sua escrita tem a perspectiva de priorizar a criança como sujeito do mundo" (Sergipe, 2018, p. 35), entendendo que a criança não é um/a adulto/a em miniatura e sim um/a individuo/a histórico/a, que deve ter o seu direito ao acesso e a permanência nos processos educacionais garantidos. Por isso no corpo do texto existem tópicos que tratam acerca do: "Contexto Histórico-político da Educação Infantil no Brasil; Fundamentos Filosóficos-pedagógicos da Educação Infantil; Elementos para a Organização Curricular na Educação Infantil" (Sergipe, 2018, p. 36).

Os dados provenientes dessa escrita foram frutos de uma pesquisa de Iniciação Científica por meio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC). O objetivo geral desse estudo foi compreender como as questões socioambientais estão inseridas na Educação Infantil do Currículo de Sergipe sob a perspectiva da formação ambiental. Diante disso, foram traçados os seguintes objetivos específicos: mapear as questões socioambientais no Currículo de Sergipe;

identificar o lugar ocupado pela EA no Currículo de Sergipe e apresentar estratégias para o desenvolvimento de formação ambiental perante o Currículo de Sergipe.

Metodologia

Essa pesquisa tem caráter educativo e é de natureza qualitativa. Os dados desse estudo foram provenientes da análise do Currículo de Sergipe. A análise foi realizada por meio da Análise de Conteúdo (AC). Em conformidade com o pensamento de Laurence Bardin (2006), a AC permite ao/a pesquisador/a compreender as nuances do objeto de estudo em múltiplas perspectivas a partir da categorização, a priori e posteriori, dos dados emergentes do conteúdo elencado como corpus da pesquisa. Mediante a categorização, os temas categorizados são interpretados à luz da literatura a fim de que haja a inferência dos resultados obtidos.

A AC tem enfoque na palavra, baseando-se no significado do que foi pronunciado e qual é a mensagem que deseja ser passada por intermédio desse conteúdo. Bardin (2006) fracionou a AC em etapas. A 1ª etapa se dá por meio da análise prévia, a 2ª pela exploração dos conteúdos, além de sua codificação e categorização, a 3ª ocorre pelas inferências a serem feitas e os resultados obtidos. Com a análise prévia é feita a sistematização dos pensamentos, que também é realizada em etapas: leitura crítica, seleção dos documentos, reformulação de objetivos e hipóteses e pôr fim a confecção de indicadores.

A análise prévia é o momento de organização e diz respeito ao mapeamento inicial e ao primeiro contato com os materiais. A exploração do conteúdo versa sobre a descrição analítica, a qual faz referência ao corpus submetido a um estudo arraigado e direcionado pelas hipóteses. A influência dos resultados é responsável por mostrar as compreensões e entendimentos a luz dos resultados adquiridos (Bardin, 2006).

A partir da identificação dos dados foram selecionadas as habilidades que tinham como palavras chave: natureza, ambiente, ambiente natural, exploração e mudanças climáticas. Após essa etapa, foi confeccionado um quadro contendo trechos do Currículo de Sergipe, dividindo-se entre unidade de registro e unidade de

contexto. Foram encontradas 03 categorias: conservacionista, naturalista e pragmática.

Resultados E Discussões

As concepções de EA que compõem o Currículo de Sergipe de acordo com a categorização foram: conservacionista, naturalista e pragmática. Essas são algumas das correntes de Educação Ambiental, a presente pesquisa está alinhada com a perspectiva Crítica de EA. No texto referente a esse nível da educação não foi localizado nenhum trecho que remetesse a macrotendência da Educação Ambiental Crítica. Isso nos revela que esse documento vai de encontro com as premissas do sistema capitalista. Fortalecendo, o processo de apropriação da natureza pelo/a homem/mulher. Essa falta de harmonia existente produz uma problemática socioambiental, culminando na degradação ambiental e na exploração (Guimarães, 2016).

“Como os sujeitos assumem para si a responsabilidade dos problemas ambientais por não se perceberem como vítimas de um sistema injusto e desigual [...]” os/as verdadeiros/as culpados/as pela maior parcela da tragédia ambiental continuam o processo de degradação e exploração dos bens naturais. Isentos de qualquer culpabilização, enquanto as pessoas de classe social menos abastarda, além de sofrerem em maior proporção os danos causados pelas grandes corporações, ficam com o dever de solucionar a problemática socioambiental, diminuindo o uso da água, separando os resíduos, reciclando. Enquanto quem detém o capital fica com a função de acumular riquezas e degradar a natureza (Modesto, 2019, p. 109).

A concepção de EA Crítica busca promover uma educação emancipatória para aqueles/as que são explorados/as pelo sistema econômico vigente. Buscando, permitir com que essas pessoas tenham a possibilidade de entender a lógica perversa na qual foram inseridas sem perceber e o modo no qual isso é naturalizado. Então, por intermédio da Educação Ambiental Crítica será possível se desvencilhar da armadilha criada por aqueles/as que prezam pelo lucro a qualquer

custo, não importa se o mesmo seja advindo da exploração da humanidade, da natureza ou de ambos (Loureiro, 2020).

A perspectiva conservacionista de Educação Ambiental diz respeito a propagação do conceito de que as realizações de atitudes individuais são suficientes para o combate a problemática socioambiental. Tendo foco majoritariamente na educação de crianças, com o intuito, das mesmas, no futuro, terem a responsabilidade de “salvar” o planeta. Dando respaldo para que a sociedade não se una para uma mudança conjunta de atitude perante as questões ambientais, validando com que cada um/a conviva com o errôneo sentimento de que de algum modo contribui para o enfrentamento a essa problemática e com a prática do cuidado (Layrargues; Lima, 2011).

Já a corrente naturalista de Educação Ambiental entende que por meio do contato com o meio natural, nos é dada a possibilidade de adquirir experiências e, assim, chegar à obtenção de conhecimentos advindos por intermédio da natureza. As presunções dessa perspectiva de EA reconhecem e privilegiam o valor da natureza, enquanto algumas perspectivas entendem o que advém da mãe terra como recurso, a perspectiva naturalista repreende e entende que tudo o que existe na natureza vai adiante do que ela poderia proporcionar financeiramente (Modesto, 2019).

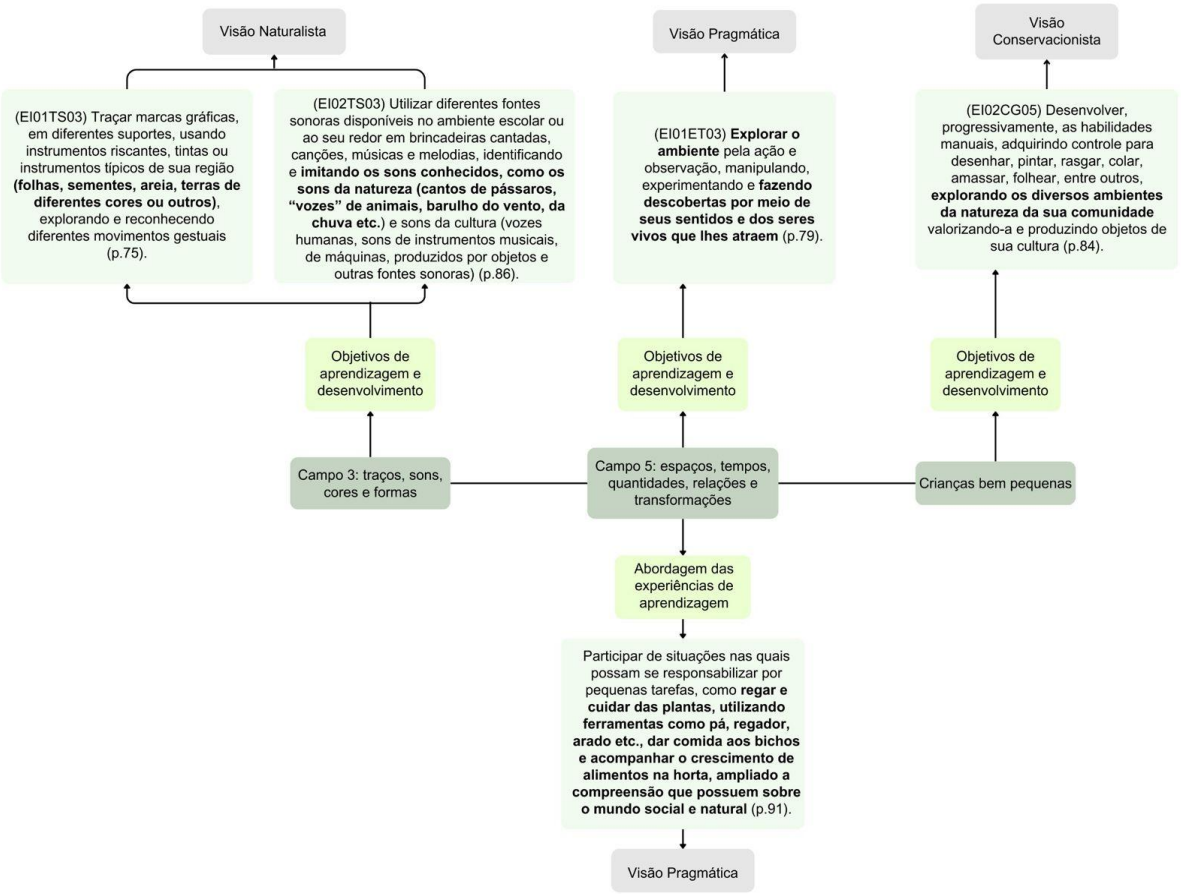
A tendência pragmática de Educação Ambiental entende-se por limitar a problemática socioambiental a produção de resíduos e como solução, a reciclagem. Enquanto a obsolescência programada age, fazendo com que os produtos sejam cada vez mais fabricados para terem um curto prazo de funcionamento e assim serem substituídos com mais veemência. Então, cada vez que um item é produzido, ele tem como foco ser consumido, o que só corrobora com a lógica do consumismo. Por isso, não é necessário apenas fazer a reciclagem, mas diminuir a produção, o descarte e a troca (Modesto, 2019).

É imprescindível que na Educação Infantil como em todos os outros níveis de ensino, ocorra um pensamento e uma ação que busquem incluir a Educação Ambiental de modo interdisciplinar e transversal, como preconiza a Lei nº

9.795/1999 de Política Nacional de Educação Ambiental (Brasil, 1999). Permitindo a integração na natureza e o reconhecimento como um ser social, construindo a sua condição de sujeito/a com direitos e deveres (Rodrigues; Saheb, 2018).

A figura 1, a seguir, apresenta as unidades de contexto (dispostas nos quadros) e de registro (destacadas em negrito) decorrentes da sistematização das informações contidas no corpus do conteúdo presente no material referente ao nível da Educação Infantil no Currículo de Sergipe.

Figura 1- Emergência da Educação Ambiental no nível da Educação Infantil no Currículo de Sergipe.



Fonte: Autoria própria (2024).

O cuidado tão almejado pela EA, também se apresenta no cerne da Educação Infantil. É necessário que levemos em conta as necessidades das crianças e que nos preocupemos em entender em qual realidade a mesma está

inserida, para desta maneira poder realizar o ato do cuidar. Boff (2017, p. 37) nos diz que “cuidar é mais que um ato; é uma atitude. Portanto, abrange mais que um momento de atenção, de zelo e de desvelo. Representa uma atitude de ocupação, preocupação, de responsabilização e de envolvimento afetivo com o outro”. Para tanto, podemos dizer que a criança que cresce permeada pelo cuidado, também saberá cuidar.

No campo 3, traços, sons, cores e formas –Bebês- surge “[...]objetos do ambiente natural[...]” (Sergipe, 2018, p.74), aqui ao invés de recursos- como costuma ser representado os bens naturais- aparece como objeto. Mesmo com a alteração da palavra, o significado de coisificação permanece o mesmo. É como se existisse o objeto do ambiente natural e o objeto do ambiente construído, porém no final das contas, os dois se resumem a meros objetos, com a função de servir. Pois, a função do objeto é servir a alguma coisa ou a alguém. E, por isso, foi identificada como uma visão pragmática (Rufino; Camargo; Sánchez, 2020).

Perante esse tratamento simplista acerca da dimensão ambiental podemos dizer que no que se refere a bebês, crianças e crianças pequenas é possível perceber que existe uma lacuna nesse processo formativo que promete ser de qualidade no texto do Currículo de Sergipe. É possível fazer essa afirmativa, pois, a Educação Ambiental é uma dimensão e por esse motivo não deve ser tratada com teor simplista propondo que os/as discentes apenas desenhem, pintem e comparem sons da natureza com outros sons. Reduzindo a dimensão ambiental a ações pontuais como regar plantas e alimentar animais, fazendo com que essas crianças desenvolvam um senso de pertencimento em relação a natureza fragilizado.

Partindo para o campo 5: espaços, tempos, quantidades, relações e transformações, destacamos “explorar o ambiente [...] fazendo descobertas por meio de seus sentidos e dos seres vivos que lhes atraem” (Sergipe, 2018, p. 79). Além, de mais uma vez coisificar o que vem da natureza, agora traz sem rodeos, a ideia de exploração do ambiente. Exploração essa que pode ocorrer de inúmeras maneiras, mas aqui chamamos a atenção para o modo como ocorre a transformação dos seres

em meios de experienciação, os tratando como cobaias, e seguindo a perspectiva pragmática (Loureiro, 2020).

No campo 5, na abordagem das experiências de aprendizagem ressaltamos "[...] buscando enriquecer suas ações, observações, explorações e investigações do meio ambiente, tanto em atividades individuais quanto em interações de pequenos grupos" (Sergipe, 2018, p.80). Isso coaduna perfeitamente com a concepção pragmática, uma vez que, a mesma, preza pela individualidade nas ações perante a problemática socioambiental. Conseguindo essa individualização, ou a união de pequenos grupos, o propósito da perspectiva pragmática estará sendo cumprido. Já que, a mudança de atitude que ela propõe não é coletiva, desse modo não irá alterar em nada o funcionamento da sociedade em relação ao ambiente e ao modelo de mercado atual (Rufino; Camargo; Sánchez, 2020).

O que se apresenta no campo 5 na abordagem das experiências de aprendizagem e foi destacado por nós foi "[...]regar e cuidar das plantas, utilizando ferramentas[...]" (Sergipe, 2018, p.91), essa nitidamente é uma percepção que diz respeito a corrente pragmática (Layrargues; Lima, 2011). Isso é dito, pois, dando ênfase a essa perspectiva de cuidar das plantas, se utilizando de ferramentas, marginaliza a questão socioambiental e distancia as pessoas dessa problemática. Fazendo com que, do mesmo modo que a única responsabilidade das pessoas é cuidar das plantas, as mesmas não vão precisar se ater ao enfrentamento da questão socioambiental.

No campo 5, abordagem das experiências de aprendizagem ressaltamos esse trecho "fenômenos e elementos da natureza [...] apontando algumas mudanças de hábitos em animais ou plantas influenciadas por mudanças climáticas [...]" (Sergipe, 2018, p.103), se integrando, a perspectiva conservacionista. Não podemos deixar de falar no aspecto positivo que diz respeito a percepção de mudanças ocorridas em plantas e animais, que foram provocadas por ações gananciosas da humanidade. Porém, como é trazido em sua própria escrita, tudo isso direcionado para a conservação. O que nos leva a refletir que caso alguma medida de mudança

seja adotada, a mesma só se dará com o intuito de preservação e não de cuidado (Boff, 2017).

Com essas concepções pragmáticas, está tendo continuidade o projeto de sociedade que não preza pelo cuidado, não entendendo a natureza como uma extensão de si mesmo/a, ao contrário, existe o movimento de preservar, pois, o produto- tudo o que é da natureza- pode faltar no mercado- a própria natureza. Assim, compreendemos que o movimento que já foi de respeito para com a mãe terra, agora é tratado com teor mercadológico. Ademais, isso se torna ainda mais preocupante, quando está disposto no texto do currículo, que é responsável por direcionar a formação de seres humanos/as.

No campo: crianças bem pequenas, especificamente nos objetivos de aprendizagem e desenvolvimento extraímos o trecho "[...]explorando os diversos ambientes da natureza da sua comunidade[...]" (Sergipe, 2018, p.84) tendo aqui contribuições da perspectiva conservacionista. É importante que as crianças vejam o que está ao seu redor e entendam que a sua comunidade também é ambiente e natureza. Aqui, apesar de conter esse aspecto relevante, não traz nenhuma reflexão, somente preza pela exploração, como se fosse um passeio ao ar livre, que não é capaz de provocar nenhuma problematização (Sauvé, 2005).

No que diz respeito a crianças bem pequenas em seus objetivos de aprendizagem e desenvolvimento, foi destacado o presente trecho "identificar e selecionar, a partir de situações cotidianas, fontes de informações, para responder a questões sobre a natureza, seus fenômenos, sua conservação[...]" (Sergipe, 2018, p.103). Sem nenhuma dúvida, esse trecho corrobora com a tendência conservacionista. Mesmo contando com o aspecto positivo que é dado por ter a sagacidade de encontrar no dia a dia informações direcionadas a natureza, o real intuito está voltado para a conservação.

Se repete no texto do Currículo de Sergipe atitudes que prezam por conservar a natureza, fortalecendo a concepção de que somente deve-se preservar para que não fiquemos sem determinado bem natural. No entanto, não se fala em cuidar da natureza, pois, a mesma é uma extensão de nós mesmos/as. Esse

pensamento nos confirma que em algum momento perdemos nossa conexão com a mãe terra e que nos consideramos como donos/as e não filhos/as. Isso implica na continuidade de um modelo social que explora, degrada e destrói tudo aquilo que o/a mesmo/a não considera importante.

Assim, percebemos que no nível da Educação Infantil, as crianças são preparadas para entenderem o que diz respeito a Educação Ambiental por um viés romântico. Se apoiando em perspectivas de Educação Ambiental que vão de encontro com o reducionismo da Educação Ambiental, presando pelo consumo sustentável, classificando o que é bem natural como recurso natural e se utilizando da reciclagem como resolução para a problemática socioambiental (Layrargues; Lima, 2011).

Desta feita, podemos perceber a presença de uma ideologia direcionada a reduzir tudo o que diz respeito ao ambiente e a natureza, romantizando e adicionando em caixas que se voltam apenas para a reciclagem, o desenvolvimento sustentável e a criação de hortas. Isso nos revela a falta de cuidado e de entendimento acerca de dimensão ambiental que os/as produtores do Currículo de Sergipe têm em relação a Educação Ambiental que busca promover mudanças no ambiente e no atual meio de produção vigente em nossa sociedade.

“Jamais faremos com que a educação seja “ambiental” apenas transversalizando temas supostamente ambientais sem aprofundar e discutir os paradigmas e visões de mundo subjacentes a eles” (Brugger, 2009, p.198). Então, entendemos que não basta discutir EA, mas problematizar, gerar o entendimento do porquê e para que devemos cuidar da natureza. Falar de desenvolvimento sustentável em uma sociedade capitalista é algo que não se sustenta, uma vez que a produção sempre será superior a sustentabilidade. Para tanto enquanto não houver um currículo que corrobore com a perspectiva de que o social e o natural não se separaram, não conseguiremos formar uma sociedade com equilíbrio ambiental.

Considerações Finais

Destarte, podemos perceber que o Currículo de Sergipe trata a Educação Ambiental de modo reducionista e frágil, se apegando em sua maioria as correntes

conservacionista e pragmática, tendo enfoque na conservação ao invés do cuidado e na reciclagem ao invés da diminuição da produção. Assim, com um currículo que não parte da perspectiva de abordagem de EA como dimensão, nossas crianças e jovens são ensinadas e estimuladas a tratar o ambiente como um recurso e não como um bem. Para tanto, é necessário promover modificações no Currículo de Sergipe, fazendo a transição de uma Educação Ambiental romântica para uma Educação Ambiental Crítica.

Desta forma, sabendo que o currículo é um instrumento de poder, precisamos ter a certeza de que as pessoas responsáveis pela confecção do currículo não ajam de acordo com os interesses do capital, buscando manter o *status quo*, mas, trabalhem para a construção de um currículo que possibilite a criação de uma sociedade justa e com equidade. Na qual todos/as tenham acesso ao mesmo ponto de partida e consigam chegar juntos/as a linha de chegada.

Concluímos que existe a possibilidade de formar sujeitos/as críticos/as por meio do Currículo de Sergipe, uma vez que, quem transforma o currículo são as pessoas e elas podem fazer a mudança. Uma forma disso ocorrer é se utilizar da fragilidade desse currículo no tratamento da Educação Ambiental, para promover a criticidade, levando os/as discentes a perceberem a importância do cuidado para com a natureza e a correlação sociedade-natureza. Permitindo com que haja a sensibilização e o entendimento de que não existe a possibilidade de um ambiente sustentável com a existência da desigualdade social. E, por isso, para além da realização de ações pontuais e individuais é necessário com que haja uma mobilização coletiva.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, L. **Aparelhos Ideológicos do Estado.** 3º.ed. Rio de janeiro: Edições Graal, 1985.

BRASIL. Lei 9795. **Política Nacional de Educação Ambiental**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 27 abr. 1999. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9795.htm. Acesso em: 11 jul. 2024.

BOFF, L. **Saber cuidar:** ética do humano-compaixão pela terra. Edição Digital. Petrópolis: Vozes, 2017.

BRUGGER, P. Nós e os outros animais: especismo, veganismo e educação ambiental. **Revista Linhas Críticas**, Brasília, v. 15, n. 29, p. 197-214, 2009. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=s1981-04312009000200002&ing=pt&nrm=iso>. Acesso em: 20 mar. 2024.

BARDIN, L. **Analise de conteúdo**. 70ª.ed. Lisboa: Edições, 2006.

CAMPOS, R. K.N; RAMOS, T. K.G. Negociando a participação nas práticas pedagógicas: formas de participação das crianças no contexto da educação infantil. **Revista Humanidades e Inovação**, Palmas, v. 10, n. 2, p. 42-51, 2023. Disponível em: https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/8408. Acesso em: 11 jul. 2024.

GUIMARÃES, M. Por uma educação ambiental crítica na sociedade atual. **Revista Margens Interdisciplinar**, [*S.l.*], v. 7, n. 9, p. 11-22, 2016. Disponível em: https://novoperiodios.ufpa.br/periodicos/index.php/revistamargens/article/view/2767. Acesso em: 11 jul. 2024.

LAYRARGUES, P.P; LIMA, G. F. C. Mapeando as macro-tendências político-pedagógicas da educação ambiental contemporânea no Brasil. In VI Encontro "Pesquisa em Educação Ambiental" A pesquisa em Educação Ambiental e a Pós-Graduação no Brasil. Ribeirão Preto, 2011.

LOUREIRO, C. F. B. Contribuições teórico-metodológicas para a educação ambiental com povos tradicionais. **Revista Ensino, Saúde e Ambiente**, Niterói, n. Especial, p. 133-146, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.22409/resa2020.v0i0.a40188. Acesso em: 12 jul. 2024.

MODESTO, M. A. Pela estrada se vai com anseios no peito e pés no chão: por entre quereres e fazeres da (trans)formação ambiental na educação do campo. 2019. 204 f. Tese (Doutorado em Educação) Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2019. Disponível em: http://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/11845. Acesso em: 12 jul. 2024.

RODRIGUES, D. G.; SAHEB, D. A educação ambiental na educação infantil segundo os saberes de Morin. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 99, n. 253, p. 573-588, 2018. Disponível em: https://doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.99i253.3607. Acesso em: 19 abr.2024.

RUFINO, L; CAMARGO, D. R; SÁNCHEZ, C. Educação Ambiental desde El Sur: a perspectiva da terrexistência como política e poética decolonial. Revista Sergipana de Educação Ambiental, [*S,l.*], v. 7, n. Especial, p. 1-11, 2020. Disponível em: https://periodicos.ufs.br/revisea/article/review/14520. Acesso em: 11 jul. 2024.

SAUVÉ, L. **Uma cartografia das correntes em educação ambiental**. in: SATO, M.; CARVALHO, Educação ambiental: pesquisa e desafios. Porto alegre: Artmed,2005.

SERGIPE. Currículo de Sergipe: Educação Infantil e Ensino Fundamental. Regulamentado no Sistema Estadual de Ensino por meio do Parecer nº 388/2018/CEE e da Resolução nº 04/2018/CEE. Aracaju: Câmara Municipal, 28 dez. 2018a.disponível em: https://www.seed.se.gov.br/arquivos/CURRiCULO.DE.SERGIPE.v.02-Regulamentado.pdf. Acesso em: 12 jan. 2024.

SILVA, T. T. da. **Documentos de identidade**: uma introdução ás teorias do currículo. 3ª. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.